

O SEGURO AGRÍCOLA A PARTIR DO ZONEAMENTO DE RISCOS CLIMÁTICOS¹

Fabiano Biudes², Eduardo Assad³, Ricardo Castillo⁴

ABSTRACT - This study is about the reformularization of the Brazilian agricultural insurance from the agricultural zoning. The current methodology demands that the insured rigorously fulfill the norms of the zoning. This program, normative and technician, aim at to diminish the climatic risks in the main national cultures, defining dates and ' accurate ' periods of handling in the main phases of the plants. With this, one prevents the events most harmful to agriculture, it dries and rain extreme. The crop zoning allowed to appear diverse specific products to the main necessities of the plants, as them to cultivate and other agricultural inputs. Although it has not given specific on the impact of the agricultural zoning in the national production, from its effective implantation in 1995/96, the national harvest of the main cultures increased. It had fort rationalization of the dates of handling, investing regularization of the market of inputs and greater credibility to apply its resources in the agronegócio. The current period, marked by the technologies of the information in the field, supplies important resources so that the necessary accompaniment to the insuring ones is made of efficient form and insurance.

INTRODUÇÃO

O zoneamento agrícola atual foi reformulado a partir dos riscos climáticos que foram levantados em um estudo do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Agrícolas), de 1993, onde foi constatado que os principais eventos que causam perdas agrícolas estavam ligados à seca e à chuva excessiva. A partir desse estudo foi firmada uma parceria entre importantes instituições de pesquisas agrícolas do Brasil, que sob o comando da EMBRAPA, desenvolveram modelagens climáticas para definir quais eram as melhores datas de plantio das culturas / cultivares selecionados, visando evitar os períodos mais susceptíveis aos sinistros.

É importante salientar que além do clima, outras variáveis também são indicadas pelo zoneamento agrícola por meio das portarias normativas do Ministério da Agricultura, tal como insumos químicos específicos, tipo de solo, cultivares e forma de plantio (direto ou tradicional), para definir os melhores períodos.

Embora, este programa de planejamento e racionalização da agricultura tenha sido desenvolvido para sanar as deficiências do PROAGRO (Programa de Garantia da Atividade Agrícola), que é um programa público, os resultados se mostraram tão positivos, que em 2001, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) promulgou a Resolução 46/01 (alterada pela Resolução 95/02), onde todos os contratos de seguro agrícola privado no país também passaram a seguir as instruções do zoneamento agrícola oficial ou outro correspondente, já que desde a implantação do zoneamento, em 1995/96, todo contrato de crédito e

seguro agrícola público teve esse vínculo e houve a redução de gastos indevidos.

O zoneamento agrícola não é um sistema de total segurança, oferece garantias de 80% de êxito, mesmo assim, já há agricultores que já dispensam o seguro convencional devido à credibilidade do sistema.

Esse é apenas mais um desafio que o mercado de seguros agrícolas tem que enfrentar no Brasil. Este setor sempre foi problemático, sofreu pela debilidade de suas metodologias, pela falta de informações consistentes e de recursos a serem investidos.

Quanto ao último problema, a solução mais viável parece vir do mercado de CPR (cédula ao produtor rural) e quanto aos primeiros pontos, o zoneamento agrícola conseguiu de maneira suficiente organizar um conjunto de informações e dar certo respaldo às ações dos produtores, mesmo considerando que sua eficiência seria melhorada se houvesse um banco de dados históricos melhor estruturado.

As tecnologias da informação, que estão inerentes ao cotidiano contemporâneo, permitem refinar a coleta, o tratamento, as tabulações e a transmissão dos dados e informações que sustentam o programa. As empresas que monitoram e administram o agronegócio, em particular as seguradoras e financiadoras agrícolas, podem se aproveitar das possibilidades que as tecnologias da informação oferecem, como, por exemplo, o monitoramento remoto das culturas, onde podem ser acompanhados o manejo e a aplicação de recursos em cada fase.

MATERIAL E MÉTODO

A análise da revitalização da agricultura brasileira a partir do zoneamento agrícola foi feita levando-se em conta a potencialidade que os objetos técnicos modernos oferecem para a execução do zoneamento e monitoramento agrícola, à organização do mercado de cultivares (pela Lei 9.456/97), que atribui as devidas responsabilidades ao obtentor da cultivar, ao maior conhecimento fenológico das plantas, à definição rigorosa das datas de manejo, entre outras atividades que surgiram ou se revitalizaram com o zoneamento agrícola contemporâneo.

A partir dessa 'nova' dinâmica, o objetivo é analisar as implicações que este maior detalhamento do território nacional traz para a espacialização regional produtiva das culturas, com todo o impacto sobre a disposição das infra-estruturas, já que as culturas serão realocadas conforme a aptidão dos lugares a cada tipo / cultivar. Isso implica na seleção de lugares, reorientando as culturas para onde elas sejam mais favoráveis. Isso causa um confronto com as culturas locais e produtores tradicionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

¹ Este artigo foi feito a partir de uma dissertação de mestrado em andamento.

² Mestrando do Instituto de Geociências / UNICAMP e estagiário da EMBRAPA – Informática Agropecuária.

³ Pesquisador da EMBRAPA – Informática Agropecuária.

⁴ Professor do Instituto de Geociências / UNICAMP.

A implicação mais direta do zoneamento agrícola foi na redução das perdas, causada por uma série de eventos, como o desenvolvimento de cultivares melhores, manejos mais eficientes, entre outros.

A própria preferência das seguradoras para atuarem na região Centro-Oeste demonstra o sucesso do programa, pois sabidamente essa é 'o celeiro do país', apresentando condições climáticas mais bem definidas e já conhecidas. Além disso, o relevo regional é plano e há predomínio de grandes propriedades, o que decorre em menores custos para o monitoramento, maior segurança e menores riscos financeiros, já que a agricultura regional é altamente tecnificada e racionalizada.

Os índices de produtividade das principais culturas apresentaram progressão após a implantação do zoneamento agrícola em meados dos anos 1990. É dessa maneira que pode-se avaliar que este programa trouxe melhorias e implicações em todo o sistema, desde as etapas pré-plantio (financiamento em períodos definidos) até as pós-colheita (armazenagem e disposição no mercado).

A confiança na redução de perdas implica em maiores investimentos devido a maior certeza de ganho. Por exemplo, a cultura de soja tem um custo médio de R\$ 1.300,00 por hectare, e, por isso, há a necessidade de se diminuir ao máximo os riscos frente a esse alto investimento.

A obrigatoriedade de usar sementes certificadas cria um mercado seletivo e corporativo, dominado por empresas que têm alta capacidade de investimento e inovação, pois têm que atender à demanda por alta produtividade que é imposta pelo mercado.

Tabela 1. Evolução das comunicações de perdas no PROAGRO a partir do zoneamento agrícola em 1996

CONTRATOS		
ANO	Nº	COMUNICAÇÃO DE PERDAS
1996	34.502	5
1997	29.810	64
1998	98.442	7.886
1999	123.214	5.626
2000	355.933	5.611
2001	169.130	9.304
2002	220.879	7.271
2003*	64.028	8.537
TOTAL	1.095.938	44.304
ÍNDICE DE PERDA		4,04%

*safra computada até 09 / 2003

Fonte: IPEA, 1993.

Anteriormente, a comunicação de perdas chegava a 21% em São Paulo e a 59% no N.E., após a implantação do zoneamento, o índice caiu para 4,04% na média nacional.

Embora o seguro agrícola possa parecer 'dispensável' em um ambiente como o exposto, não se deve ver a situação por tal ótica, pois os altos custos envolvidos para manter a competitividade no mercado, que tende a ser mundial, exigem maiores garantias de segurança para os produtores. Esta garantia é oferecida em parte pela racionalização imposta pelo

zoneamento de riscos climáticos e em parte pelas seguradoras, que têm a função de respaldar as eventuais falhas que possam surgir no sistema.

A implicação da redução de perdas esteve expressa desde o início nas alíquotas cobradas pelo PROAGRO, que até então era um programa deficitário e precisava ser reformulado em bases mais confiáveis. As alíquotas cobradas pelo PROAGRO a partir do zoneamento agrícola foram as seguintes:

sistema de plantio tradicional:

trigo, de 11,7% para 5%;
arroz e feijão, de 11,7% para 6,7%;
algodão, milho e soja, de 7% para 3,9%;
maçã, mantida alíquota de 3,5%;
sorgo, de 9,4% para 5,5%.

sistema de "plantio direto":

trigo, de 11,7% para 4%;
feijão, de 11,7% para 5,7%;
milho e soja, de 7% para 2,9%;
sorgo, de 9,4%, para 4,5%.

A partir da discussão proposta, o zoneamento agrícola brasileiro, pautado no uso imbricado entre tecnologias da informação, sistemas de manejo mais eficiente, biotecnologias modernas e reorganização do mercado financeiro, especialmente, o agrícola, revigora a agricultura nacional e a torna mais competitiva.

A definição sobre o quê, como, quando e onde plantar com base em sistemas mais modernos traz uma racionalidade à agricultura que antes não havia. Decorre daí uma reorganização territorial produtiva, conforme a cultura selecionada para movimentar o agronegócio local / nacional.

Embora o zoneamento de riscos climáticos tenha surgido como uma demanda da pequena produção, seus resultados e implicações vieram ao encontro da necessidade da agricultura comercial e de larga escala, dando a possibilidade de uma atuação mais seletiva e pontual dos investidores no território brasileiro, como a observada na preferência pela região Centro-Oeste por parte das seguradoras.

O zoneamento de riscos climáticos trouxe maiores índices de segurança e credibilidade para a atuação de todos os agentes envolvidos na produção agrícola. Reordenou-se desde a jusante até a montante da produção, propriamente, pois o conhecimento mais aprofundado do sistema produtivo permitiu especializar e selecionar os ramos de atuação dos produtores e investidores. A agricultura atual permite que haja investimentos independentes, porém sempre interligados, em cada uma de suas etapas: financiamento, produção e seguro, sempre oferecendo as condições de rentabilidade, conforme exige o atual paradigma mercantil.

REFERÊNCIAS

- Assad, E., 2001, Novas técnicas de Zoneamento Agrícola no Brasil, in: Revista Brasileira de Agrometeorologia, vol. 9, nº 3 especial, Passo Fundo.
- Azevedo, R. R., 2001, O Seguro Rural e novas formas de Resseguro, in: Revista Brasileira de Agrometeorologia, vol. 9, nº 3 especial, Passo Fundo.
- IPEA, 1993, Eventos Generalizados e Securidade Agrícola, Sumário Executivo, Brasília.

Santos, M. & Silveira, M. L., 2001, O Brasil: sociedade e território no início do século XXI, Record, Rio de Janeiro.